



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE
CGU-REGIONAL/MT

LICITAÇÃO

Rev. 03

21/10/2015

CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO

CHECK - LIST – FRAUDES EM LICITAÇÃO – COMPRAS

Objetivo: Garantir que os trabalhos de avaliação de fraudes em licitação de compras sejam executados de forma objetiva, eficiente e padronizados.

UNIDADE AUDITADA	XXXXXXXX
GESTOR DA UNIDADE	XXXXXXXX

Resposta desejada = Não em todos os quesitos.

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
1. Análise do Projeto Básico/Termo de Referência				
1.1. O objeto licitado está definido de forma imprecisa e insuficiente ?	TCU. Ac 1.041/2010-P, 168/2009-P MS. Padrão Descritivo de Medicamentos (2011).			
1.2. Há especificações que direcionam a contratação para determinado fornecedor/marca?	LGL, Art. 15, § 7 inciso I e Acórdão nº 740/2004 TCU-P.			
1.3. O autor do Termo de Referência/Projeto Básico participa, ainda que indiretamente, da licitação?	Ac 1893/2010 – P, 486/2011-1C, 2.395/2011-1C, 3.031/2009-P, 597/2008-P.			
1.4. Há indicação de marca no Projeto Básico/Termo de Referência sem justificativa?	TCU. Ac 723/2005-P, 740/2004-P, 1705/2003-P e Súmula 270/2012.			
1.5. Há fracionamento com fuga da modalidade adequada ou para dispensar?	TCU. Ac. 55/2000-P 203/2002-P, 167/2002-P e 420/2003-P.			
1.6. Nos editais das licitações para a contratação de compras, cujo objeto seja divisível, houve falta de parcelamento do objeto em itens, lotes ou etapas, assim como deixou de adjudicar por item e adjudicou o objeto pelo menor preço global?	Súmula 247 do TCU, Art. 23, §1 da LGL, Acórdão nº 280/2010 TCU-P, acórdãos 520/2009, 1390/2009, 693/2010, 2219/2010, todos do Plenário.			
2. Análise do Edital				
2.1 Preâmbulo				
2.1.1. O edital proíbe apresentação de documentos pela via postal, fax, telegrama ou e-mail?	Acórdão nº 2266/2011 – TCU Plenário			
2.1.2. A previsão orçamentária é inadequada?	Art. 167, §1 da CF, art. 7º, §2, III da LGL, TCU Ac 1505/2009-P e art. 16 da LRF.			
2.1.3. Havendo recurso federal, deixou-se de adotar o pregão eletrônico sem justificativa?	TCU. Ac 1700/2007-P Decreto 5.504/2005			

Procedimentos	Base Legal	S	N	N/A
2.1.4. Faltam condições específicas relativas à compra de medicamento : Entrega Parcelada, Prazo de Validade e Lotes, Embalagem e Acondicionamento, Rotulagens e Bulas, Prazo de entrega (licitação de medicamentos)??	OPAS. Assistência Farmacêutica para gerentes municipais (2003).			
2.1.5. Os preços de referência estão fora da margem aceitável de mercado?	TCU. Ac 3.016/2012-P; 1437-2007-P; 1861/2008-1C; 65/2010-P;			
2.1.6. As quantidades licitadas são incompatíveis com a demanda?	TCU Ac. 2387/2007-P. 646/2007-P; 740/2004-P			
2.1.7. Falta parecer jurídico no processo e/ou o parecer é genérico, sem a demonstração da efetiva análise do edital e dos anexos?	LGL, art. 38, § único. TCU. Acórdão 1944/2014-Plenário.			

2.2. Condições de Participação

2.2.1. O edital veda a participação de consórcios sem a devida motivação?	Art. 33 da LGL, Acórdão n.º 1.636/2007-Plenário, Acórdão n.º 1316/2010-1ª.			
2.2.2. Há proibição de participação de empresa em litígio judicial com a Entidade?	Acórdão n.º 2.434/2011-Plenário.			
2.2.3. Exige-se inscrição prévia no Sistema de Cadastramento como único meio de habilitação?	Ac TCU 989/2006-1C e Súmula nº 274/2012 do TCU.			
2.2.4. Para obter o edital , exige-se valor incompatível com o custo de reprodução gráfica? O acesso ao edital é garantido de forma inadequada?	Art. 32, §5 da LGL, Ac 2.297/2005-P, 2.036/2008-P, 2.099/2009-P, 1.117/2012-1C.			
2.2.5. O ato convocatório estabelece cláusulas desnecessárias ou inadequadas , que restrinjam o caráter competitivo do certame?	Ac 1.028/2011-P, 2.796/2011-2C.			
2.2.6. Houve proibição de participação de empresas com sócios em comum ou empresas de mesmo grupo econômico? (Exceto convite e dispensa de licitação).	Art. 9, III da LGL, Acórdão nº 526/2013 e Acórdão nº 297/2009, ambos do Plenário			
2.2.7. Servidor público em cargo de influência sobre a licitação participa, mesmo que indiretamente , do certame?	Ac 1019/2013-P e 3368/2013-P.			

2.3. Habilitação Jurídica

2.3.1. Exige-se alvará de funcionamento que comprove localização específica do licitante ?	Acórdãos 2.194/2007-TCU e 855/2009-TCU, ambos do Plenário.			
---	--	--	--	--

2.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista

2.4.1. Exige-se "quitação" em vez de "regularidade" fiscal?	Acórdão 1265/2010 – Plenário e Acórdão 2081/2007 – Plenário.			
--	--	--	--	--

2.5. Qualificação Técnica

2.5.1. Exige-se certificado de qualidade que não é obrigatório por lei? (Exemplos: ISO, ABIC, etc).	LGL Art 30, II c/c §1 e Ac TCU 608/2008-P			
2.5.2. Exige-se número mínimo, máximo ou fixo de atestados?	LGL Art. 30, II, Acórdãos 244/2003, 584/2004-, 170/2007, 1.636/2007-, 1.780/2009, todos do Plenário.			

2.5.3. Falta exigir licença sanitária da licitante (licitação de medicamentos)?	Art. 5 da Portaria MS nº 2.814/1998			
2.5.4. Falta exigir Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA (licitação de medicamentos)?	Art. 5 da Portaria MS nº 2.814/1998			
2.5.5. Exige-se Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle emitido pela ANVISA (licitação de medicamentos)?	TCU. Ac 392/2011-P, 126/2010, 127/2010, 128/2010, 129/2010 e 392/2011 – todos do Plenário.			
2.5.6. Exige-se Certificado de Boas Práticas de Armazenamento emitido pela ANVISA (licitação de medicamentos)?	TCU. Ac 392/2011-P.			
2.5.7. Exige-se carta de solidariedade ou credenciamento do fabricante do produto?	Ac TCU 2.294/2007–1C e Ac TCU 1.350/2010-1C e 718/2014-P			
2.5.8. Exige-se declaração de idoneidade financeira ?	TCU Ac 2056/2008-P, 2179/2011-P.			
2.5.9. Exige-se, na fase de habilitação ou de classificação, amostras a todos os licitantes, quando o correto deveria ser apenas na fase de classificação, do licitante provisoriamente em primeiro lugar?	Acórdão TCU nº 2749/2009 e 1113/2008, ambos do Plenário.			
2.6. Qualificação Econômico-Financeira				
2.6.1. Exige-se cumulativamente garantia de participação E (capital social ou patrimônio líquido mínimo)?	TCU. Ac 1.229/2008, 2.712/2008, 2.815/2009 e 3.043/2009, todos do Plenário.			
2.6.2. Exige-se capital social integralizado ?	Acórdãos nos 1871/2005; 170/2007 e 113/2009, todos do Plenário.			
2.6.3. A garantia de proposta (1%) e/ou capital social mínimo/Patrimônio Líquido (10%) superaram os percentuais máximos fixados na lei?	LGL Art. 31, § 3º			
2.6.4. Exige-se certidão negativa de Corregedoria de Justiça ?	Ac TCU 768/2007–P			
2.6.5. Os índices contábeis são incomuns (por exemplo, exigência de índice de grau de endividamento) e estão acima de valores usuais (por exemplo, acima de 1,5)? Caso contrário, falta justificativa razoável?	Ac TCU 4.606/2010–2C, 434/2010-2C e LGL Art. 31, § 5º			
2.6.6. Exige-se certidão negativa de protesto ?	Ac 5.391/2008-2C, 1391/2009–P e 534/2011-P.			
3. Análise da Publicidade do Certame				
3.1. A publicidade do certame é insuficiente ou inadequada ou há redução do prazo útil mínimo da modalidade?	LGL Art. 21, TCU Decisão 233/1996–1C e TCESP. Processo 6.736/026.			
3.2. Nas concorrências e tomadas de preço, a Entidade deixou de publicar o aviso do edital em jornal diário de grande circulação ?	Acórdãos nº 1.946/2009 - 2ª Câmara e 1.117/2012-1ª Câmara			

Cuiabá-MT, _____/_____/_____ 	Servidor responsável pela análise (nome e assinatura)
-------------------------------------	--

Atualizado em 21.10.2015